

Para Simonsen, nenhum credor quer que o Brasil "quebre"

por Cecília Costa
do Rio

"Nenhum credor tem interesse em que um devedor tão grande como o Brasil quebre. Por isso creio que não haverá grandes dificuldades em obter dinheiro novo nas próximas negociações com os bancos internacionais. Haverá limites, é claro, nessa concessão.

Provaavelmente deve ficar em torno de US\$ 1 bilhão a US\$ 1,5 bilhão e o País teria de cobrir o restante da parcela necessária para o fechamento do balanço de pagamentos, neste ano, recorrendo às instituições multilaterais, como Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)."

Essas observações são do ex-ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen. Indagado, na última sexta-feira, sobre as declarações do presidente do Citicorp, John Reed, a respeito das dívidas dos países do Terceiro Mundo, Simonsen comentou que as havia estranhado "e muito".

Após ter lido os jornais brasileiros, a fim de certificar-se que as infor-

mações eram mesmo verdadeiras, ele recorreu ao original, ou seja, ao Wall Street Journal. E, mesmo assim, não se convenceu de tudo. "Sei muitobem que o Citicorp vem procurando elevar suas provisões para devedores duvidosos e ampliar suas reservas. Mas as afirmações de Reed a respeito de negociação de dívidas externas, a meu ver, são incompatíveis com seu QI. Não cabe ao presidente do Citi dizer o que fazer nessa área, se deve ocorrer redução de 'spread' ou não. É uma decisão que cabe a toda comunidade financeira internacional."

Mesmo tendo feito essas afirmações, o professor e ex-ministro, no entanto, observou que estava falando a respeito de notícias de jornais e que há muito tempo não se encontra com o presidente do Citicorp, apesar de ser membro do conselho dessa instituição financeira. "O certo", afirmou, "é que o Citi não pode dar uma orientação ao coordenador do comitê de bancos, Bill Rhodes, apesar de pertencer ao quadro da empresa, porque Rhodes representa os interesses de todos os bancos credores."

Se no que se refere à área externa Mário Henrique Simonsen não prevê maiores dificuldades, fora o fato de estar totalmente descartada a hipótese de um esquema multianual para o reescalonamento da dívida, "teremos mais uma solução provisória, porque o multianual só seria feito caso o Brasil aceitasse entrar em entendimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI)", quanto à situação da economia interna do País se encontra bem preocupado.

"O Brasil", afirmou, "pode fazer todo o esforço que quiser, que não quebrará externamente, porque os credores não deixarão. Mas pode quebrar internamente."

Abandonar a heterodoxia é partir para os instrumentos ortodoxos de correção dos desequilíbrios da economia.

Se o governo brasileiro quiser evitar a hiperinflação, na opinião de Simonsen, tem de recorrer a políticas monetária e fiscal mais restritivas, passando a controlar mais a expansão do crédito e os gastos públicos. Na área tributária resta pouco o que fazer, mas mesmo assim ele reco-

menda cortes e subsídios.

O objetivo dessas medidas, explicou, seria conter o crescimento de todos os ativos financeiros (monetários e não monetários). Está ocorrendo um processo de desmonetização da economia, ou seja, os depósitos a vista estão sendo retirados dos bancos e aplicados em títulos de renda fixa. Esse processo não representa enxugamento de moeda, é apenas uma troca de ativo. Se o governo conseguir, por meio do controle creditício e fiscal, manter o crescimento dos ativos financeiros em 15% ao mês, manterá, por outro lado, a inflação em 15%. Senão, virá a explosão.

Segurar a expansão dos ativos financeiros não acarreta necessariamente, na opinião de Simonsen, recessão. Mas mesmo assim ele crê que existe uma forte hipótese de recessão neste ano — "queda de produto" — porque não há mais espaço no setor produtivo para crescimento acelerado e o País tem de se ajustar, a fim de recompor as reservas cambiais, evitar a hiperinflação e voltar a apresentar superávits comerciais mais elevados.